Universidade de Brasília Instituto de Relações Internacionais

Segurança e Migrações na Tríplice Fronteira

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Segurança e Migrações na Tríplice Fronteira

Izabel de Camargo Campana

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientador: Pio Penna Filho.

Brasília, 2011.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como as migrações contribuem

para o surgimento de novos dilemas de segurança na região da Tríplice Fronteira

Argentina - Brasil - Paraguai. Esta pesquisa teórica de revisão bibliográfica foi

elaborada com base em fontes primárias e secundárias, e teve como referencial teórico a

abordagem Regionalista desenvolvida por Barry Buzan e Ole Wæver, a fim de elaborar

quadro abrangente e significativo da relação existente entre os fluxos migratórios na

Tríplice Fronteira e o surgimento de novos dilemas de segurança.

Palavras-chave: Segurança, migrações, Tríplice Fronteira

3

ABSTRACT

The present work has the intention of analyzing how migrations contribute to

the emerging of new security dilemmas in the Argentina – Brazil – Paraguay Tri-border

region. This theoretical research of bibliographic review has been elaborated based on

the theoretical reference of the Regionalist approach developed by Barry Buzan and Ole

Wæver, in order to elaborate a representative groundwork of the relations between

migratory flows in the Tri-border region and the emergence of new security dilemmas.

Key words: Security, migration, Tri-border

4

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1.	O ESTUDO DE SEGURANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
	1.1 O Conceito de segurança em Relações Internacionais e sua	11
	evolução	
	1.2 As concepções atuais de segurança em Relações Internacionais	14
	1.3 Implicações para a prática das Relações Internacionais advindas	19
	das novas concepções de segurança	
2.	MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS	22
	QUESTÕES DE SEGURANÇA	
	2.1 As migrações internacionais e o processo de globalização	22
	2.2 Conexões entre migrações e segurança no mundo atual	25
	2.3 Regiões de fronteira, migrações e segurança	27
3.	SEGURANÇA E MIGRAÇÕES NA TRÍPLICE FRONTEIRA	32
	ARGENTINA – BRASIL – PARAGUAI	
	3.1 Tríplice fronteira Argentina – Brasil – Paraguai: um espaço	32
	singular	
	3.2 Fluxos migratórios recentes na Tríplice Fronteira Argentina –	35
	Brasil – Paraguai	
	3.3 Desafios de segurança e sua relação com as migrações na tríplice	37
	fronteira	
	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a questão de como as migrações contribuem para o surgimento de novos dilemas de segurança na região da Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai. Buscamos demonstrar que as migrações são importante fator para o desenvolvimento de questões de segurança que, a partir da década de 1990, vêm sendo elencadas como os novos desafios a serem enfrentados pela comunidade internacional.

A região da tríplice fronteira, por sua história e geografia, constitui-se espaço singular e de grande sensibilidade para questões de segurança internacional. Suas fronteiras atraem migrantes que não se originam apenas dos países vizinhos e que nela se unem. Durante muitos anos, a construção da Usina de Itaipu e a expansão da fronteira agrícola paranaense resultaram em um atrativo irresistível para povos migrantes da América do Sul e também do Oriente Médio e da Ásia. Dessa forma, o grande fluxo migratório, proveniente de países tão distantes quanto China e Coréia, transforma a fronteira Argentina - Brasil - Paraguai em um espaço global de características peculiares.

Dilui-se, nesse caldo cultural diverso, a identidade local e toma força uma multiplicidade cultural e étnica que contribui para a já citada singularidade da região e passa a atrair ainda mais migrações. Tanta diversidade traz novas questões, nos mais diversos âmbitos das Relações Internacionais, especificamente para as questões de segurança, já tão importantes por tratar-se de região fronteiriça. As questões de segurança que passam a desenvolver-se aí vão além de problemas de defesa nacional, perpassando questões de segurança política, econômica e individual.

Diante do problema acima equacionado, procuramos valorizar tanto o processo histórico de construção do conceito de segurança, quanto o status atual de sua concepção. Tentamos descrever e mensurar o impacto das migrações internacionais, enquanto nos propusemos a interpretar as causas para a orientação em direção à Tríplice Fronteira Argentina – Brasil - Paraguai. Para tanto, utilizamos, como referencial metodológico, principalmente, os instrumentos da pesquisa documental e bibliográfica.

Por meio da pesquisa em fontes primárias, buscamos alcançar uma definição do quadro desenhado pelos movimentos migratórios mundiais e regionais, não desprezando as análises teóricas que devem ser atribuídas aos dados coletados.

Resgatamos ainda, as informações acerca das populações radicadas na Tríplice Fronteira, a fim de analisar a real diversidade étnica e cultural que ali se apresenta.

Os principais autores presentes na bibliografia de Relações Internacionais foram contemplados na pesquisa em fontes secundárias, na tentativa de informar o estado da arte do estudo do tema da segurança. Procuramos, assim, resgatar o que foi produzido acerca da temática com foco nos novos conceitos de segurança, que tem origem após a queda do muro de Berlim, e que ampliam seu conceito.

Nesse sentido, o enfoque do presente trabalho tem como norte a abordagem Regionalista, a partir do olhar de autores como Barry Buzan e Ole Wæver, que se contrapõem às perspectivas tradicionais de segurança propostas pelos Realistas e Neo-Realistas e que tinham o Estado como centro das Relações Internacionais e, conseqüentemente, a guerra e a paz como grande dilema de segurança.

Deixamos de lado, assim, a antiga visão positivista das Relações Internacionais e questionamos as definições de polaridade e de balança de poder como arsenal teórico básico para a compreensão da sociedade internacional e de seus dilemas.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, estudar, a partir desse enfoque novo, como as migrações contribuem para o surgimento de novas questões de segurança na região da Tríplice Fronteira Argentina - Brasil – Paraguai. Buscamos analisar se os fluxos migratórios têm relação com as novas questões de segurança que surgem na região. Para tanto, estudamos o estado da arte das pesquisas de segurança nas Relações Internacionais, a fim de verificar se efetivamente a segurança envolve questões mais amplas do que a guerra e a paz.

Nesse sentido, realizamos, no primeiro capítulo desta monografia, uma revisão bibliográfica do tema de segurança em Relações Internacionais, investigando sua evolução histórica e definindo o arcabouço teórico disponível para as análises atuais dos dilemas de segurança. Por fim, estudamos os impactos das novas concepções de segurança existentes para a prática das Relações Internacionais, identificando quais os atuais dilemas de segurança que se observam no mundo pós-Guerra Fria.

No segundo capítulo, visamos estudar as implicações das migrações internacionais para as questões de segurança de acordo com sua nova concepção. Tivemos como meta a reunião de dados internacionais que reflitam a realidade dos movimentos migratórios no mundo e suas especificidades para a região da Tríplice Fronteira Argentina - Brasil – Paraguai. Buscamos, ainda, estudar a globalização e seus

efeitos sobre os movimentos migratórios mundiais, procurando estabelecer quais os resultados que podem ser observados para a região analisada.

Ainda no segundo capítulo, buscamos discutir a conexão existente entre migrações e questões de segurança, à luz dos conceitos que pretendemos debater no primeiro capítulo deste trabalho. Analisamos como as regiões de fronteira, as migrações e as questões de segurança interagem entre si, resultando em relações internacionais peculiares.

No terceiro capítulo, tivemos como foco a análise da contribuição das migrações para o surgimento novas questões de segurança na Tríplice Fronteira Argentina - Brasil – Paraguai. Para tanto, resgatamos a história da região e destacamos os principais aspectos de sua geografia a tornam espaço tão singular para o desenvolvimento das Relações Internacionais entre os países que ali se encontram.

Além de efetuarmos um resgate da história da Tríplice Fronteira, focamos o estudo nos processos migratórios recentes que ali se configuram. Analisamos os novos fluxos de migrantes, as causas dessas migrações, suas origens e as conseqüências para a região e sua segurança.

Finalmente, tratamos dos desafios de segurança que são suscitados ou agravados pelas constantes migrações que se direcionam para a região, transformando-a em fronteira diferenciada e extremamente dinâmica.

O estudo em questão é pertinente e justifica-se pela crescente importância dos fluxos migratórios como fenômeno gerador de insegurança e instabilidade internacional. Na Europa a questão causa conflitos inclusive entre os países membros da União Européia, gerando tensões relacionadas à segurança política e econômica e aos níveis de emprego. Na Ásia, o fluxo migratório intra-regional alcança as maiores taxas mundiais, provocando a regulamentação cada vez mais intensa das fronteiras e preocupando governos.

Poucos estudos acerca do tema das migrações têm como referencial o indivíduo, ultrapassando as questões específicas da segurança nacional e dos planos de defesa. Entendemos que o trabalho apresenta, assim, particular relevância acadêmica por basear-se em abordagem teórica nova, que se propõe a analisar as questões de segurança a partir de um enfoque mais amplo, baseado no indivíduo e nas comunidades de pessoas e não apenas no Estado.

A abordagem Regionalista, além de destacar-se pela proposição de um referencial teórico novo e original, tem especial relevância, por seu nível de análise, que

perpassa as barreiras do nacional, percebendo a importância das regiões no atual mundo globalizado, sem, entretanto se perder em análises por demais abrangentes e utópicas, uma vez que a segurança global não é mais do que um fim a ser almejado.

Dessa maneira, é com base no referencial teórico Regionalista e com o objetivo de estudar, a partir desse enfoque novo, como as migrações contribuem para o surgimento de novas questões de segurança na região da Tríplice Fronteira Argentina - Brasil – Paraguai, que desenvolvemos o estudo ora apresentado.

1. O ESTUDO DE SEGURANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 O Conceito de segurança em Relações Internacionais e sua evolução

O estudo das Relações Internacionais, como hoje é conhecida a disciplina, tem suas raízes no mundo do pós-Primeira Guerra Mundial. Como resultado, esse estudo está marcado na origem pelo pensamento do pós-guerra e o tema da segurança encontrase em seu cerne. Preocupam-se os analistas com as causas das guerras, com a segurança nacional e com a possibilidade de uma paz duradoura.

Nota-se, assim, que a segurança dos Estados está na própria origem das relações Internacionais. Gilberto Sarfati (2005:49) destaca a importância das questões de segurança: "A guerra ocupa espaço central em todas as teorias de Relações Internacionais, mesmo porque ela está na origem contemporânea de nossa disciplina, a qual remonta à própria Primeira Guerra Mundial".

No mesmo sentido, E. H. Carr (2001 [1939]), historiador e teórico de Relações Internacionais britânico, descreve como as questões de guerra e paz permearam a ciência em seus primeiros anos:

O aspecto teleológico da ciência política internacional tem estado evidente desde o princípio. Surgiu de uma grande e desastrosa guerra; e o objetivo mestre que inspirou os pioneiros da nova ciência foi de evitar a recidiva desta doença do corpo político internacional. O desejo passional de evitar a guerra determinou todo o curso e direção iniciais do estudo. (CARR, 2001 [1939]:11)

Conforme explanado acima, naquele momento, as questões de segurança estavam centradas exclusivamente nos dilemas de guerra e paz. No Século XX, o mundo sofreu com duas grandes guerras mundiais, de conseqüências terríveis e duradouras. A questão da segurança nacional é de primeira instância. Como resultado da falência do Concerto Europeu e da incapacidade de manutenção da paz no entre-Guerras, o conflito passa a ser considerado uma realidade incontornável, fruto da natureza humana.

O alemão Hans Morgenthau (2003), tido como um dos pais da Teoria Realista em Relações Internacionais, teorizou acerca da natureza das relações entre Estados e suas conseqüências para a paz:

Já vimos que a paz internacional não pode ser preservada mediante a limitação da soberania nacional, e verificamos também que a razão para esse insucesso reside na própria natureza das relações entre as nações. Concluímos que a paz internacional, a ser conseguida por meio da transformação da presente sociedade

de nações soberanas e um Estado mundial, é inalcançável sob as condições morais, sociais e políticas prevalecentes nos dia de hoje. (MORGENTHAU, 2003:967)

Tem-se, assim, no período de Guerra Fria o predomínio da visão tradicional de segurança, que tem no Estado seu centro. Essa tradição descende da Paz de Vestfália e considera os Estados os atores capazes de determinar a segurança do mundo, declarando a guerra e celebrando a paz. A soberania estatal é o grande valor a ser resguardado. A segurança é, aqui, uma obrigação do Estado soberano, que a garante contra tudo e contra todos, em um sistema de auto-ajuda.

O complexo formado pelos pressupostos estabelecidos na Teoria Realista, e neo-Realista, é de um sistema internacional anárquico e incerto, em que Estados soberanos desenvolvem-se militarmente para a defesa dessa soberania e da própria sobrevivência.

Neo-Realistas, como Keneth Waltz e John Mearsheimer, atribuem especialmente à estrutura anárquica do sistema internacional a insegurança que leva os Estados a se relacionarem com base na violência. Hegemonia e balança de poder são conceitos-chave nessa concepção de Relações Internacionais. (BAYLIS, 2008: 231). A visão dos neo-realistas pode ser mais bem compreendida pela passagem a seguir:

O conflito é comum entre os Estados porque o sistema internacional cria incentives poderosos para a agressão. A raiz do problema é a natureza anárquica do sistema internacional. Na anarquia não há corpo maior ou soberano que proteja os Estados uns dos outros. Dessa maneira, cada Estado sob o sistema anárquico depara-se com a possibilidade sempre presente de que outro Estado vá usar da força para agredi-lo ou conquistá-lo. Ofensivas militares são sempre uma ameaça para todos os Estados do sistema. (MEARSHEIMER, 1990:12)¹

As visões tradicionais concentram-se, assim, nos problemas de segurança advindos da relação entre Estados. O estudo de Mearsheimer foi publicado pela primeira vez em 1990, ainda sob um manto de indefinição sobre os caminhos que seriam traçados nas relações internacionais após o fim da Guerra Fria.

Uma nova perspectiva, que abala as bases referenciais da Teoria de Relações Internacionais, começará a tomar forma apenas após a queda do Muro de Berlim, em 1989. Isso se dá, finalmente, porque as guerras desenharam novas realidades, e, ao

¹ Tradução livre do original em inglês: "Conflict is common among states because the international system creates powerful incentives for aggression. The root cause of the problem is the anarchic nature of the international system. In anarchy there is no higher body or sovereign that protects states from one another. Hence each state living under anarchy faces the ever-present possibility that another state will use force to harm or conquer it. Offensive military action is always a threat to all states in the system."

final da Guerra Fria, o mundo torna-se realmente global, intensificando as relações internacionais de âmbito mundial e cunhando-as na forma que hoje conhecemos.

Surgem novos atores e novos temas. A proliferação dos atores internacionais é de extrema relevância, uma vez que o mundo passa a ouvir Estados antes à margem da tomada de decisões e a aceitar a legitimidade de organismos internacionais e supranacionais, reforçando a existência de uma ordem global. A política internacional ganha força, com os países conciliando agendas e buscando coexistir de forma pacífica, através do respeito às instituições internacionais.

Nesse contexto, o Estado enquanto centro das relações internacionais é contestado. Barry Buzan, professor de Relações Internacionais da London School of Economics, explica que o Estado "tem servido como protetor e opressor das pessoas; logo ele é, ao mesmo tempo, a fonte de ameaça e insegurança e o defensor da população". (SARFATI, 2007: 51). Em sua obra *People, States & Fear: the national security problem in International Relations*, Buzan descreve esse papel ambíguo do Estado:

Não apenas é o Estado o tipo de unidade mais poderoso em termos de obediência política e autoridade, mas também é normativamente dominante em todos os aspectos de seu comando sobre os instrumentos de força, particularmente sobre os maiores equipamentos bélicos necessários para a guerra moderna.

[...]

Consequentemente, nos deparamos com a difícil tarefa de desvendar a complexa interação entre o ambíguo símbolo de segurança e a ambígua estrutura do Estado. (BUZAN, 1983:37)²

Surgem assim novas teorias para explicar as relações internacionais. Elas têm como referencial outros objetos como a sociedade e até o próprio indivíduo. Há, neste momento, uma mudança de paradigma em toda a Teoria das Relações Internacionais e o conceito de segurança também é reavaliado.

Podem-se observar, no apagar das luzes do século XX e no início dos anos 2000, exemplos desse processo de mudança por que passa a concepção de segurança.

[...]

Consequently, we face de difficult task of unraveling the complex interplay between the ambiguous symbol of security, and the ambiguous structure of the state."

² Tradução livre do original em inglês: "Not only is the state by far the most powerful type of unity in terms of political allegiance and authority, but also it is normally dominant everywhere in terms of its command over instruments of force, particularly the major military machines required for modern warfare.

Em 2003, a Organização dos Estados Americanos (OEA) teve aprovada, como resolução final da Conferência Especial de Segurança Hemisférica, sediada no México, texto denominado "Declaração sobre Segurança nas Américas". Nessa declaração está explícita a necessidade de ampliação do conceito de segurança, como se lê a seguir:

Considerando que a Declaração de Bridgetown reconhece que as ameaças, preocupações e outros desafios à segurança no Hemisfério são de natureza diversa e alcance multidimensional e que o conceito e enfoque tradicionais devem ser ampliados para abranger ameaças novas e não-tradicionais, que incluem aspectos políticos, econômicos, sociais, de saúde e ambientais. (OEA, 2003)

O documento da OEA faz menção, ainda, à necessidade de tratamento coletivo desses novos temas. Diferentemente das questões exclusivas de segurança nacional, atreladas fortemente à soberania de cada Estado, as ameaças não-tradicionais exigem uma cooperação hemisférica para seu tratamento eficaz.

As novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são problemas intersetoriais que requerem respostas de aspectos múltiplos por parte de diversas organizações nacionais e, em alguns casos, associações entre os governos, o setor privado e a sociedade civil, todos atuando de forma apropriada em conformidade com as normas e princípios democráticos e com as normas constitucionais de cada Estado. Muitas das novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são de natureza transnacional e podem requerer uma cooperação hemisférica adequada. (OEA, 2003)

Nota-se aqui, novamente, a mudança de referencial por que passam as Relações Internacionais. O papel do Estado é reavaliado para dar lugar a associações entre governos, processos de cooperação hemisférica e de integração regional. Os organismos internacionais, como a própria OEA passam a ter importância cada vez mais significativa para a comunidade internacional, inclusive quando se propõem a tratar de um assunto antes exclusivo do Estado Nacional, como o era a questão de segurança.

1.2 As concepções atuais de segurança em Relações Internacionais

Conforme exposto acima, desde o fim da Guerra Fria, o conceito de segurança tem sido expandido, resultado de uma mudança no referencial teórico, antes reservado aos Estados nacionais. Richard Ullman, professor de Relações Internacionais da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, foi um dos

primeiros estudiosos a questionar a concepção de segurança vigente desde a Primeira Guerra Mundial.

Para Ullman, restringir o conceito de segurança a questões militares de defesa nacional é, não apenas incorreto e irreal, mas também perigoso. Ullman argumenta que ao concentrar suas forças no poderio militar e ignorar outras ameaças não-tradicionais à segurança, os Estados estariam contribuindo para uma sociedade internacional ainda mais insegura. O risco, aponta o professor, é a militarização excessiva das relações internacionais o que, no longo prazo, levaria à insegurança global. (ULLMAN, 1983)

A partir dessa primeira inflexão nas teorias sobre segurança, constituíram-se outras perspectivas a respeito do tema. Barry Buzan (BUZAN e WÆVER, 2003: 6-14) faz uma divisão entre três teorias principais que disputam a definição de segurança no pós-Guerra Fria. São elas a Teoria Neo-Realista, a Teoria Globalista, e a Teoria Regionalista.

Tratamos anteriormente da visão Neo-Realista, estado-cêntrica e baseada no argumento da polaridade do poder. Segundo essa teoria, se o mundo não é mais bipolar, deve ser ou uni ou multipolar ou, ainda, um híbrido dos dois. O debate centrase na distribuição do poder no sistema internacional, com base em que são decidas as políticas mundiais e, conseqüentemente, a política de segurança. A sua interpretação da estrutura internacional pós-Guerra Fria considera que houve uma mudança na divisão de poder mundial com o fim da bipolaridade. Entendem, assim, que a preocupação principal dos teóricos no mundo pós-1989 é identificar como está configurada a balança internacional de poder e, dessa forma, definir suas conseqüências para as políticas de segurança.

Como contraponto aos Neo-Realistas, muito próximos da visão tradicional de segurança, surge uma teoria que foi denominada Globalista. O globalismo está fundado especialmente em abordagens culturais, transnacionais, e de política econômica internacional. Sua temática mais frequente é a da desterritorialização da política mundial. Há versões liberais e marxistas do globalismo, mas ambas analisam o mundo a partir de uma visão de centro-periferia. Abaixo, um fragmento de obra de Jonathan Friedman, um dos expoentes do estudo globalista:

Estamos vivendo em um mundo onde a polarização, tanto vertical quanto horizontal, tanto de classe quanto étnica, tornou-se rampante, e onde a violência tornou-se mais globalizada e fragmentada, simultaneamente, e não é mais uma questão de guerras entre Estados, mas de conflitos sub-estatais, ligados e

financiados por redes globais, em que os Estados transformaram-se em um ator, cada vez mais privatizado, entre outros. (FRIEDMAN, 2003:ix)³

O próprio Buzan insere-se dentre os teóricos da terceira vertente: o Regionalismo. Abaixo, reproduzimos passagem de sua obra em conjunto com Ole Wæver, *Regions and Powers: the structure of international security*:

[...] no mundo pós-Guerra Fria, o nível regional sustenta-se por si só mais claramente como o lócus de cooperação e conflito para os Estados e como o nível de análise para os teóricos em busca de explorar as questões de segurança contemporâneas. Acreditamos que isso seja verdade ainda que utilizemos um entendimento de segurança mais amplo do que aquela visão mais tradicional, militarizada. (BUZAN e WÆVER, 2003:10)⁴

Essa perspectiva teórica baseia-se em duas premissas. Em primeiro lugar, que o declínio da rivalidade entre as superpotências reduziu a qualidade da penetração dos interesses dessas potências globais no resto do mundo. Em segundo lugar, que as grandes potências tornaram-se agora uma versão reduzida, limitada de potências, que Buzan denomina "lite powers", porque a opinião pública interna não mais aceita sua participação militar em áreas distantes do mundo.

Para os fins deste trabalho, nos detemos especialmente sobre os estudo de Barry Buzan, um dos principais expoentes da revisão do conceito de segurança, por sua visão regionalista que muito bem explica as dinâmicas da tríplice fronteira que serão abordadas em capítulo futuro.

Seus estudos contrapõem-se àqueles dos realistas desde as bases teóricas. Morgenthau, em *A política entre as nações*, trata do que acredita ser a essência do poder nacional. Para o cientista alemão os indivíduos sentem sua necessidade de poder e seus anseios realizados através do poderio estatal. Nesse sentido, acredita em uma ligação emocional entre indivíduo e nação, que ultrapassa mesmo as ligações emocionais do indivíduo com suas próprias aspirações de poder. (MORGENTHAU, 2003: 201)

³ Tradução livre do original em inglês: "We are living in a world where polarization, both vertical and horizontal, both class and ethnic, has become rampant, and where violence has become more globalized and fragmented at the same time, and is no longer a question of wars between states, but of sub-state conflicts, globally networked and financially, in which states have become one actor, increasingly privatized, amongst others."

⁴ [...] in the post-Cold War world the regional level stands more clearly on its own as the locus of conflict and cooperation for states and as the level of analysis for scholars seeking to explore contemporary security affairs, and we believe this to be true even though we use an understanding of security more open than their rather traditional, military one.

Barry Buzan contesta fortemente essa visão. Para o inglês, não há uma necessária confluência de interesses entre Estado e indivíduo. O Estado funciona, sim, como protetor de seus nacionais, mas também como figura autoritária, como opressor. Nesse sentido, o indivíduo, para Buzan, não se vê realizado através do poder estatal, conforme se depreende da passagem a seguir reproduzida:

O indivíduo representa a unidade básica irredutível em relação ao qual o conceito de segurança pode ser aplicado. Esse fato torna a segurança individual um bom ponto de partida para uma análise mais ampla, em parte porque isso fornece uma base clara a partir da qual se pode demolir a ilusão reducionista de que a segurança nacional e internacional são simplesmente extensões de uma preocupação com o destino de seres humanos individuais. [...] A relevância da segurança individual para esta pesquisa baseia-se na rede de conexões e contradições entre a segurança pessoal e a segurança do Estado. O Estado é a maior fonte tanto de ameaças quanto de segurança para os indivíduos. Os indivíduos fornecem muitas das razões e alguns dos limites para as atividades estatais que visam à segurança. (BUZAN, 1983:18)⁵

Conclui-se, assim, que os novos teóricos da segurança, os Globalistas, mas principalmente os Regionalistas, defendem que o referencial do conceito deve ser o indivíduo ou as coletividades humanas, mas não o Estado. Eles entendem a segurança como conceito mais amplo que afeta o interesse da população, e não apenas o interesse estatal, conforme entendiam os Realistas.

Com a mudança de paradigma descrita acima, as questões de guerra e paz, agora que o Estado não mais é o referencial determinante desses estudos, perdem espaço para novas questões, estas focadas nas ameaças ao indivíduo, como a pobreza, as epidemias e pandemias, os desastres ecológicos e as calamidades naturais. A segurança passa a assumir concepções diferentes de acordo com os diversos referenciais agora disponíveis na sociedade e na Teoria de Relações Internacionais.

Há desde ameaças estrangeiras até a identidade nacional, passando por ameaças ao meio ambiente, economia, mulher, grupos sociais, etc. Muitas dessas distinções com referencial social não traçam uma clara fronteira com as ameaças aos Estados.

major source of both threats to and security for individuals. Individuals provide much of the reason for, and some of the limits to, the security-seeking activities of the state.

⁵ Tradução livre do original em inglês: The individual represents the irreducible basic unity to which the

concept of security can be applied. This fact makes individual security a good start point for a more wide-ranging analysis, in part because it provides a clear basis from which to demolish the reductionist illusion that national and international security are simply extensions to a concern with the faith of individual human beings. [...] The relevance of individual security to this enquiry lies in the network of connections and contradictions between personal security and the security of the State. The state is

Já as ameaças com referencial relativo ao indivíduo acabam alargando consideravelmente a lista de ameaças à segurança, por incluir ameaças contra a saúde, emprego, violência contra a mulher, ameaça ao direito de opinião (prisioneiros políticos), ameaça à sobrevivência (segurança humana), ameaça às drogas, terrorismo etc. (SARFATI, 2007:51)

Além da mudança de referencial teórico do conceito, a revisão para as questões de segurança propõe sejam repensadas as formas de ameaça existentes na sociedade internacional. Não se trata de elencar a degradação ambiental ou a pobreza como geradores de instabilidade e insegurança. A nova visão toma os problemas ambientais, sociais e econômicos como ameaças em si mesmas.

Há autores, porém, que já apontam uma nova inflexão na revisão do conceito de segurança. Depois do 11 de setembro, o conceito de segurança volta a estreitar-se, retomando o Estado e a defesa nacional como objeto principal.

A segurança global foi transformada dramaticamente pelos eventos de 11 de setembro de 2001. A definição de segurança foi mais uma vez estreitada. A preocupação é muito mais a segurança nacional em um mundo globalizado, no qual ataques diretos são agora, como o eram na Guerra Fria, vistos como o desafio primeiro e mais iminente. Questões como a promoção da democratização, o respeito aos direitos humanos, e problemas com a degradação ambiental parecem, ao menos por ora, terem sido postos em segundo plano. (STUBBS, 2002:178-179)⁶

Barry Buzan, em artigo de 2002, contestou a idéia de que os acontecimentos de 11 de setembro pudessem resultar em uma guinada nas relações internacionais, a exemplo do que ocorreu após a descolonização ou com o fim da Guerra Fria. Para ele, nenhum dos grandes debates de Relações Internacionais foi afetado pelos ataques.

O 11 de setembro acrescenta as preocupações específicas da "guerra contra o terrorismo", mas deixa muito mais coisa intacta, com poucas novas guinadas e mudanças de ênfase. O 11 de setembro não rompe o equilíbrio nos debates sobre territorialidade *versus* desterritorialização, usos e limites do poder militar, peso dos fatores materiais *versus* fatores sociais na modelagem das relações internacionais, atores estatais *versus* atores não-estatais, globalização *versus* unipolaridade, nível global *versus* regional. Não sugere a necessidade de novas teorias, nem mesmo de novos caminhos de debate para as teorias existentes. Tampouco altera muito a força relativa dos argumentos que as principais teorias apresentam para nos oferecer uma compreensão clara da natureza íntima de eventos internacionais. (BUZAN, 2002:9)

Esses conflitos entre as visões tradicionais de segurança, que após o 11 de setembro são parcialmente retomadas, e as visões mais amplas de segurança

⁶ Tradução livre do original em inglês: "Global security was changed dramatically by the events of the 11 September 2001. The definition of security has once again been narrowed. The concern is very much national security in a globalized world, in which direct attacks are now, as they were during the cold war, seen as the primarily and most imminent challenge. Issues such as the promotion of democratization, respect for human rights, and problems with environmental degradation appear, at least for the moment, to be input on the backburner."

representadas pelas escolas Globalista e Regionalista, são de grande relevância para estudos de segurança em geral. Fundamental é a definição clara do farol teórico que iluminará o estudo das situações empíricas que se pretende estudar. Nessa linha, perpassamos toda a evolução teórica do conceito de segurança a fim de podermos identificar os dilemas presentes no mundo atual, especialmente os que tangem a região da Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai.

1.3 Implicações para a prática das Relações Internacionais advindas das novas concepções de segurança

Tratamos acima da transformação do conceito de segurança nas Relações Internacionais, assim como expusemos o estado da arte dos estudos relacionados ao tema. Neste subitem, pretendemos delinear as implicações advindas dessas novas concepções para a prática das Relações Internacionais, identificando quais os mais relevantes dilemas de segurança observados no mundo atual que decorrem dessa ampliação conceitual.

Sarfati (2005:52). , que citamos anteriormente, conclui que os assuntos de segurança devem ser investigados por meio do cruzamento dos diversos níveis de análise, desde o indivíduo, passando pelas comunidades, pelo nível nacional, pelos subsistemas internacionais até chegar ao sistema internacional como um todo.

Com a elevação do indivíduo, e das comunidades humanas, ao patamar de referencial de segurança, destaca-se hoje o conceito de segurança individual. A segurança individual está diretamente relacionada aos direitos humanos e liberdades civis do indivíduo. Envolve aspectos básicos como a liberdade de locomoção, por exemplo, e está relacionada a fenômenos como o das migrações de que trataremos a seguir.

Quando uma população, uma comunidade ou um indivíduo não tem acesso aos direito humanos mais básicos, há aí uma ameaça a segurança desse indivíduo ou grupo de indivíduos. Essa ameaça pode ainda dar ensejo a outros desafios de segurança, como aqueles suscitados pelas migrações internacionais. Em regiões de fronteira, o conceito de segurança individual tem importância ainda maior, uma vez que a mobilidade de seres humanos também ganha escala.

Naturalmente, esse conceito está relacionado também à segurança política e econômica de uma região. Onde há insegurança política e instabilidade econômica, não

há segurança individual. Essa situação também gera outras formas de insegurança, como uma possível escalada da violência e até o aparecimento de levantes populares.

A saúde é aspecto importante do novo conceito de segurança. Hoje se entende que a presença de epidemias e pandemias é uma ameaça à segurança internacional, nacional e individual. Da mesma maneira, relacionando este conceito ao da segurança individual, a ausência de políticas públicas estatais que dêem conta da saúde de sua população satisfatoriamente também pode ser incluída em um dilema de segurança nesses três níveis. Quando há discrepância entre os sistemas de ensino, de saúde, de política publicas em geral, pode também haver migrações e problemas de segurança nas fronteiras relacionados, inclusive, ao tráfico de medicamentos e à prática ilegal da medicina.

O conceito de segurança ambiental é um dos mais discutidos desde a ampliação da concepção de segurança. Ele perpassa as questões de aquecimento global e está relacionado à segurança contra calamidades naturais. É interessante notar exemplo recente, ocorrido no Japão. O terremoto, seguido de maremoto, de escala muito elevada afetou a segurança em toda a região. Seguiu-se, ainda, um acidente nuclear que vêm ameaçando a segurança não só dos indivíduos japoneses, como do próprio Estado e de seus vizinhos.

O terremoto no Haiti, no início de 2010, trouxe à tona uma série de dilemas de segurança relacionados a esse desastre natural. No Brasil, a segurança ambiental está relacionada a enchentes e secas, que afetam desde a segurança individual, passando pela segurança econômica e chegando inclusive a afetar nossa segurança energética, uma vez que nossa matriz depende em grande parte do fluxo das águas, pois baseada em hidrelétricas.

Consoante com o que expusemos em item acima, uma ameaça cada vez mais observada, e que está relacionada também com a segurança individual, é a do terrorismo.

O terrorismo não é algo novo no cenário mundial. Ele já foi utilizado como método revolucionário por grupos anarquistas no século XIX e foi política de governo durante a Revolução Francesa. O que muda no terrorismo contemporâneo, além do aumento de sua exposição na mídia após o 11 de setembro de 2001, é que, por um lado, a tecnologia põe na mão de indivíduos e organizações a capacidade de comunicação e de difusão de idéias antes só possível a governos e, por outro lado, a tecnologia da

miniaturização de explosivos tem dado a um indivíduo ou a um pequeno grupo o poder de destruição anteriormente só possuído por forças estatais.

Essa expansão das ameaças de segurança está relacionada, portanto a uma maior interação entre Estados, ou seja, ao processo de globalização. Samuel Huntington expõe que

os conflitos entre o Ocidente e o Islã estão assim centrados menos em território do que em questões intercivilizacionais mais amplas, como a proliferação de armamentos, direitos humanos e democracia, migração, terrorismo fundamentalista islâmico e intervenção ocidental (HUNTINGTON, 1997: 266).

Há, portanto, uma globalização das ameaças à segurança e uma interligação entre elas, sugerindo que o tratamento deva ser, igualmente, transnacional, interregional, internacional.

2. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS QUESTÕES DE SEGURANÇA

2.1 As migrações internacionais e o processo de globalização

As migrações não são uma novidade da época contemporânea. Ao que tudo indica, sempre houve fluxos migratórios no decorrer da história da humanidade. No entanto, as migrações, enquanto fenômenos humanos e sociais assumem sempre características peculiares da época e do contexto em que se desenvolvem.

A análise períodos recentes demonstra as grandes mudanças nos grandes movimentos populacionais. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo observou transformação radical nos fluxos de migrantes. O processo de reconstrução europeu atraiu milhões de trabalhadores para um continente antes tido como de emigrantes.

Após a década de 1970, a crise atinge essa região e há novamente uma inflexão no fluxo migratório. Nesse momento, o número de migrações irregulares cresceu muito, o que levou a um enrijecimento da legislação e da fiscalização de entrada de migrantes, principalmente nos Estados Unidos.

Os últimos anos do século XX começam a mostrar os sinais da globalização nos fluxos migratórios. A diversificação dos destinos é marcante. Países recém integrados à União Européia transformaram-se em grandes receptores de migrantes, e há aumento dos fluxos migratórios na Ásia. Estudos da ONU, datados de 2006, constataram que em 1995 havia cerca de 155 milhões de pessoas vivendo fora de seu país.

Em 2005, o número de migrantes internacionais atingiu quase 191 milhões, partindo de 155 milhões em 1990. Como demonstrado na tabela 3, o número de migrantes internacionais cresceu em 10 milhões de 1990 a 1995, passando de 155 para 165 milhões. O crescimento estimado foi próximo a 12 milhões de 1995 a 2000 e acima dos 14 milhões de 2000 a 2005. Migrantes internacionais constituíam 3 por cento da população em 2005. (ONU, 2006:1)⁷

Abaixo, reproduzimos a tabela 3 a que se refere o trecho extraído do relatório da ONU para migrações, de 2006. A tabela traz o número estimado de migrantes

⁷ Tradução livre do original em inglês: "In 2005, the number of international migrants in the world reached almost 191 million, up from 155 million in 1990. As shown in table 3, the number of international migrants increased by 10 million from 1990 to 1995, going from 155 to 165 million. The estimated increase was close to 12 million from 1995 to 2000 and above 14 million from 2000 to 2005. International migrants constituted 3 per cent of the world population in 2005."

internacionais, sua porcentagem de distribuição e sua parcela em relação à população.

Table 3. Estimated number of international migrants, their percentage distribution and their share in the population, 1990-2005

	Number of international migrants (millions)				Percentage distribution of international migrants		International migrants as a percentage of the population	
Development group and major area	1990	1995	2000	2005	1990	2005	1990	2005
World	154.8	165.1	176.7	190.6	100.0	100.0	2.9	3.0
More developed regions	82.4	94.9	105.0	115.4	53.2	60.5	7.2	9.5
Less developed regions	72.6	70.2	71.7	75.2	46.8	39.5	1.8	1.4
Least developed countries	11.0	12.2	10.2	10.5	7.1	5.5	2.1	1.4
Africa	16.4	17.9	16.5	17.1	10.6	9.0	2.6	1.9
Asia	49.8	47.2	50.3	53.3	32.2	28.0	1.6	1.4
Latin America and the Caribbean	7.0	6.1	6.3	6.6	4.5	3.5	1.6	1.2
Northern America	27.6	33.6	40.4	44.5	17.8	23.3	9.7	13.5
Europe	49.4	55.3	58.2	64.1	31.9	33.6	6.8	8.8
Oceania	4.8	5.1	5.1	5.0	3.1	2.6	17.8	15.2

Source: Trends in the Total Migrant Stock: The 2005 Revision (United Nations, POP/DB/MIG/Rev.2005), data in digital form, 2006.

Os dados foram coletados entre 1990 e 2005 nos cinco continentes:

O crescimento das migrações neste século foi tamanho que, em sessão de abertura do 72° Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no ano de 2007, o então Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Gutérres, pediu esforços da comunidade internacional na identificação das causas e da complexidade dos deslocamentos e das migrações globais: "O século presente é o tempo do deslocamento humano. Com cada oportunidade econômica e partida de navio, com cada calamidade e conflito, o século 21 fica cada vez mais marcado pelo movimento de pessoas". (ONU, 2007)

Embora, como se vê, sejam as migrações populacionais fenômenos constantes na história humana, seu estudo, é relativamente recente. Os cientistas sociais vêm-se debruçando sobre o tema com maior afinco apenas desde o século passado. Hoje, porém, o tema das migrações é um dos mais pesquisados entre as ciências sociais e tem cada vez maior importância para as Relações Internacionais.

Um incremento nos estudos atribui-se, principalmente, a essa mudança nas características dos fluxos migratórios, resultado do processo de intensa globalização. Avanços tecnológicos interligaram sociedades em grandes redes e possibilitaram um aumento significativo, e rápido, na produção mundial, que passa a demandar fluxos cada vez maiores, seja de bens, de informações ou mesmo de pessoas.

Nesse sentido, diversos autores já trataram de destacar a importância do fenômeno da globalização para o crescimento assistido nas migrações desde meados do século XX. Abaixo, dois trechos que ilustram a linha de análise acima apresentada:

O mundo mudou com o processo da globalização. Os Estados, as sociedades, as economias e as culturas nas várias regiões do mundo estão cada vez mais integrados e interdependentes. As novas tecnologias permitem a rápida transferência de capitais, bens, serviços, informações e ideias de um país e continente para outro. A economia mundial está em expansão, facultando a milhões de mulheres, homens e seus filhos melhores oportunidades de vida. Mas o impacto da globalização tem sido desigual, e cada vez se verificam mais disparidades em termos dos níveis de vida e segurança das pessoas em diferentes partes do mundo. Um resultado importante destes diferenciais cada vez maiores foi um aumento em magnitude e âmbito das migrações internacionais. (GCIM, 2005)

A movimentação mundial, em grande parte decorrente do processo de globalização, gera dinamização dos meios de comunicação e da mobilidade das pessoas, as quais, hoje, têm maior facilidade para se deslocarem de uma região a outra, de um país a outro, embora, ao mesmo tempo, cada vez mais cerceadas por medidas restritivas impostas em nome do combate o terrorismo ou do acesso aos pobres às riquezas e à segurança de alguns. (MILESI E MARINUCCI, 2008:19)

O processo de globalização não atinge o fenômeno das migrações apenas em volume. Conforme exposto acima, as migrações são uma realidade social antiga e mutável. Sensíveis às transformações nas relações internacionais, os fluxos migratórios apresentam padrões diversos a cada tempo. A mundialização dos mercados e o aumento do acesso a informações deram origem a novos padrões de migração, que apresentam causas e origens diferentes daqueles observados no século XIX, ou mesmo em princípios do século XX.

Por muitos anos, os estudos que concernem à migração internacional estigmatizaram-na como fluxo proveniente de países periféricos em direção a países centrais. Sabe-se hoje, porém, que as migrações constituem-se fenômeno humano e social complexo, e que suas causas são as mais diversas.

Os institutos e organizações internacionais que têm seus propósitos direcionados às questões migratórias listam as tradicionais questões econômicas e políticas, mas também fazem menção à importação de cérebros, às questões culturais e até mesmo questões de saúde.

Importante aspecto do processo de globalização é a integração regional. O mundo mais globalizado abre pouco espaço para o isolacionismo. A fim de obterem inserção internacional, os países passam a formar grupos de apoio mútuo e a integração regional é um importante passo nessa direção.

Tal processo de aproximação regional, somado aos outros aspectos da globalização que influenciam o aumento das migrações, levam a um incremento nos fluxos internos aos continentes e que envolvem apenas países periféricos.

Ao tratar da questão das migrações na fronteira Brasil – Colômbia – Peru, Márcia Maria de Oliveira, em artigo para a Revista Estudos Avançados, denominado "A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia", destaca esse crescimento nas migrações entre países fronteiriços no sub-continente latino-americano:

A América Latina tem se destacado como um dos maiores palcos de emigração rumo à América do Norte, à Europa e à Ásia nas últimas décadas. O debate dessa temática tem ganhado espaço nas discussões de ordem institucional e nas instâncias não-governamentais. No entanto, muito pouco tem sido feito para a operacionalização de políticas migratórias que contemplem tanto o fluxo de emigração internacional quanto o movimento das migrações internas. Um outro movimento migratório observado na América Latina é a migração entre os países de fronteira. Nos relatórios oficiais, esse dado nem sempre é considerado com a merecida relevância. Há que se marcar ainda a diferença de situação dos migrantes nos países de destino. A migração regular e documentada é apenas uma parcela ínfima das migrações em todo o mundo e nem todo movimento migratório tem caráter permanente.

Destaque-se, portanto, aqui, a situação singular das regiões de fronteira, que recebem fluxo constante de migrantes permanentes e provisórios, além de ser palco de fluxos diários de pessoas que possuem vidas divididas entre os dois lados da demarcação de territórios. Mais à frente, trataremos das questões de segurança suscitadas por essa situação singular que se observa nas áreas fronteiriças.

2.2 Conexões entre migrações e segurança no mundo atual

O fenômeno da globalização, enquanto "processo no qual interagem pessoas, companhias e governos de diferentes nações, num mundo marcado por uma revolução na tecnologia da informação" (SANTOS, 2006:91), é cada vez mais presente no período pós-Guerra Fria e resulta em profundas mudanças nas relações internacionais como um todo, tais como o notável crescimento da interdependência entre os Estados e o florescimento de iniciativas coletivas para lidar com os conflitos existentes na comunidade internacional.

Como conseqüência de uma maior fluidez trazida pela globalização às relações internacionais, muitos organismos internacionais surgiram, as iniciativas de integração aprofundaram-se e o Direito Internacional tornou-se mais complexo e ao mesmo tempo

mais efetivo. A comunidade internacional, no entanto, falhou ao dar respostas satisfatórias às questões relacionadas aos movimentos migratórios.

Em artigo desenvolvido para a Conferência "Brasileiros no Mundo", organizada pelo MRE, o Sub-Secretário Geral para Comunidades Brasileiras no Exterior, Oto Agripino Maia, discorreu acerca do pouco avanço feito pela comunidade internacional em direção a tratar das questões migratórias:

Não lograram as grandes conferências do pós-guerra criar regras sobre a movimentação de pessoas entre países, nem sobre a radicação dessas pessoas em território estrangeiro, confirmando a dificuldade sempre experimentada pelas sociedades humanas em lidar com o tema do êxodo. Isso gerou o paradoxo atual de ter um país como queixar-se do tratamento injusto eventualmente atribuído às suas mercadorias quando exportadas para outro país – e obter a correção da injustiça – mas de não poder contar com o mesmo recurso para reclamar da inadmissão de um seu nacional em território estrangeiro. (MAIA, 2009)

Tratamos, no capítulo anterior, da ampliação do conceito de segurança a partir da década de 1990. Novos temas foram incluídos na agenda internacional de segurança, pressionando também os Estados a darem resposta a tais questões. Diante do crescimento dos fluxos migratórios, sobre os quais discorremos neste capítulo, a questão das migrações tem sido incluída dentre os mais novos temas da segurança internacional.

Surge, assim, um novo debate entre a comunidade acadêmica acerca do verdadeiro caráter das migrações e sua relação com a segurança internacional e dos Estados. Tradicionalmente, conforme fica claro no artigo de Oto Agripino Maia, vêm sendo tratadas como assunto de soberania nacional. Hoje, porém, debate-se a importância de um tratamento pela comunidade internacional às ameaças suscitadas pelos fluxos migratórios.

Anna Kicinger, do *Central European Forum for Migration Research*, levanta uma série de questões que pendem de respostas para que um melhor tratamento seja dado às dificuldades relacionadas às migrações internacionais. Seriam as migrações uma ameaça à segurança? São mais uma ameaça à comunidade internacional ou aos Estado nacionais? As migrações já podem ser consideradas uma ameaça, ou são apenas um desafio de segurança? São todas as migrações uma ameaça, ou apenas parte dos movimentos migratórios, como a migração irregular representam um problema de segurança? (KICINGER, 2004:1)

W. Aniol, pesquisador polonês, citado por Kicinger, acredita que há três papéis que podem ser representados pelas migrações em relação à segurança internacional. As migrações podem ser uma consequência de outra ameaça à segurança, como violações

de direitos humanos, conflitos étnicos ou guerras civis. Ela pode ser, também, uma ameaça em si mesma, quando tem caráter massivo e descontrolado. Pode, ainda, resultar em outras ameaças à segurança, como a xenofobia e a violência racial. (KICINGER, 2004:4)

Anna Kicinger (KICINGER, 2004:2), diante da análise proposta por Aniol, procura estabelecer quais valores, protegidos como componentes de segurança, podem ser ameaçados pelas migrações internacionais e por suas consequências. Aqui, ficam demonstradas, de maneira clara, a aplicação da vertente teórica que reconhece a segurança como conceito amplo, uma vez que são definidos como valores, temas que vão além do interesse exclusivo da soberania nacional, perpassando as necessidades das comunidades e dos indivíduos.

A estabilidade social, por exemplo, pode ser ameaçada quando a entrada de imigrantes está ligada à xenofobia e à falta de integração interna. A segurança demográfica também pode ser posta em risco pela emigração massiva, o que pode levar a um envelhecimento da população, causado pressão no sistema de previdência, ou pela imigração em grandes taxas, o que gera pressão sobre os níveis de emprego da população.

A identidade cultural é outro tema relevante, uma vez que alguns países receptores observam o crescimento na popularidade de partidos de extrema-direita, como uma resposta para a diversificação cultural trazida pelos movimentos migratórios.

Finalmente, a segurança interna dos países pode ser ameaçada pelos movimentos migratórios, uma vez que as taxas de criminalidade costumam ser mais elevadas entre a população migrante, relacionada, principalmente, ao tráfico de pessoas e ao terrorismo.

Desde os ataques de 11 de setembro de 2001, têm-se intensificado as preocupações com os fluxos migratórios e suas consequências para o terrorismo internacional. O diplomata George Torquato Firmeza, em sua tese apresentada ao Curso de Altos Estudos do Ministério de Relações Exteriores, denominada "Brasileiros no Exterior", faz menção ao tema:

Os fluxos migratórios irregulares têm levado os países de destino a considerar a questão, diante das ameaças terroristas, como fator adicional de insegurança. Essa percepção negativa está na origem, embora não seja este o único motivo, da adoção de políticas migratórias cada vez mais restritivas nos anos recentes. (FIRMEZA, 2007:30)

Há, de fato, uma tendência internacional a tratar com maior rigidez as questões migratórias após os ataques terroristas ao World Trade Center em Nova Iorque. Em verdade, nos últimos anos, a questão das migrações não tem sido alvo apenas dos noticiários. O tratamento conferido ao tema pelos Estados também foi modificado. Nesse sentido, o trabalho de Gallya Lahav, professora de Ciência Política da *State University of New York*, é significativo, por demonstrar o novo status que a relação migrações-segurança assumiu após os atentados às torres gêmeas.

Em 11 de setembro, os alarmes do terror reverberaram para além das fronteiras dos Estados Unidos. As implicações das redes internacionais foram muito discutidas na mídia, acordou o fantasma do populismo e suscitou argumentos de que os governos democráticos liberais seriam compelidos a repensar dramaticamente seus controles fronteiriços em um mundo globalizado e cheio de povos em movimento. Um aumento marcante na atividade bilateral e multilateral sobre migrações internacionais, que incluiu dois encontros de coordenação de especialistas da ONU, e o lançamento de uma Comissão Global para a Migração Internacional são testemunhos da natureza mutável das migrações. Na linguagem das Relações Internacionais, as questões de migração foram transferidas do domínio técnico da "low politics" para o domínio relacionado à segurança, ou "high politics". A crescente tendência de enxergar as questões relacionadas a migrações internacionais através de um olhar de segurança nacional também coincidiram com a reemergência das políticas antiimigração de extrema-direita. (LAHAV, 2003:90)⁸

Diante do aumento da rigidez no tratamento conferido aos migrantes em todo o mundo após os ataques de 11 de setembro, vêm à tona a falta de tratamento no Direito Internacional para assegurar prerrogativas aos migrantes. Os direitos do migrante ainda carecem de tratamento adequado, o que está relacionado com as grandes taxas de violência que se observa entre a população migrante em todas as partes do mundo.

As declarações de Direitos Humanos restringem-se a tratar dos problemas específicos dos trabalhadores migrantes. Ainda assim, o direito à cidadania desses trabalhadores nunca foi objeto de análise internacional, restando aos Estados o tratamento soberano de cada caso, conforme indica Oto Agripino Maia em obra acima citada.

_

⁸ Tradução livre do original em inglês: "On September 11th, the alarm bells of terror reverberated beyond the borders of the United States. The implication of foreign networks was much discussed in the media, raised the specter of populism and led to arguments that liberal democratic governments would be compelled to dramatically rethink their border controls in a global world full of 'people on the move'. A marked increase in bilateral and multilateral activity on international migration, that include two UN experts' Coordination meetings, and the launching of an independent Global Commission on International Migration bear witness to the changing nature of migration. In the language of international relations, migration issues have shifted from the technical domain of 'low politics' to those related to security or 'high politics'. The growing tendency to view international migration related questions through a national security heuristic has also coincided with the re-emergence of antiimmigrant politics on the extremeright."

É perceptível a necessidade de tratamento mais adequado aos temas que relacionam migrações e segurança não apenas para solucionar os conflitos que eventualmente se repetem entre países periféricos no que tange à entrada de seus nacionais nas potências centrais. Além disso, o combate ao terrorismo já foi responsável por causar desconforto nas relações entre Estado nas mais diversas partes do globo e, especificamente, na região da Tríplice Fronteira. Este tema será aprofundado no capítulo a seguir, quando tratarmos das singularidades da segurança para a região.

2.3 Regiões de fronteira, migrações e segurança

Os limites territoriais têm origem na necessidade de delimitação dos Estados nacionais. As primeiras noções de limites, porém, eram indeterminadas e temporárias, pois ligadas à noção de reino. Apenas com o surgimento da concepção de soberania, nos séculos XVIII e XIX, começou-se a falar em território, em sentido próximo ao atual. A partir desse momento o Estado passa a ser caracterizado com base em seu território. A idéia de nação também passa a ser associada às formas territoriais, uma vez que o Estado-nação é aquele que se constitui com base em seu povo nativo. (MACHADO, 2005:246)

Nesse sentido, a idéia de nacionalidade, como identificação do indivíduo com o Estado, também está ligada às fronteiras territoriais. Acredita-se que essa identificação tenha surgido da necessidade das comunidades modernas de terem reconhecidas suas similaridades para fins ligados à segurança. Christopher W. Morris (1998), filósofo e estudioso da nacionalidade, argumenta sua importância crucial em um mundo cada vez mais mutável, como fonte de estabilidade aos indivíduos.

A noção de limite é, assim, extremamente significativa, não apenas para o Estado moderno, mas para a população que nele constitui uma identidade. Os limites, nesse sentido, definem as relações do Estado com seus nacionais e os estrangeiros, além de funcionarem como marcos reguladores das relações interestatais.

Em síntese, no sistema interestatal os limites internacionais definem, do ponto de vista formal, o perímetro máximo do controle efetivo exercido por governos centrais. Em segundo lugar, os limites constituem um *fator de separação* entre unidades territoriais. Terceiro, os limites do Estado moderno têm caráter legal, fundamentado no conceito de soberania. Quarto, a legitimidade desses limites é dada pelas leis internacionais, mas principalmente pelos integrantes do Estado, em nome de certos valores, lealdades e identidades. Quinto, o limite territorial, embora seja um conceito mais antigo que o sistema capitalista, passou a representar com a

expansão deste não só o papel de regulador, mas de *produtor* de redes de intercâmbio de todo o tipo. (MACHADO, 2005:252)

Exposta a importância dos limites para as Relações Internacionais, e mesmo internas dos Estados, definiremos agora as fronteiras, conceito que não se confunde com o de limites. Os limites são zonas fluidas. As fronteiras, por outro lado, são as faixas de terra limítrofes dos Estados nacionais. Nesse sentido, as regiões de fronteira tratam das áreas contíguas à linha-limite que divide Estados soberanos, onde se desenvolvem processos de interação entre nacionalidades distintas.

Essa definição de fronteira, enquanto região em que se desenvolve o processo de interação, é importante para que se possa compreender as questões de segurança que se concentram nessas áreas singulares dos territórios. Nas regiões de fronteira, as relações sociais, bem como as transações comerciais, por exemplo, assumem um caráter transnacional, apresentando fluxos inter-regionais importantes entre as redes de intercâmbio.

Retornando às idéias da Escola Regionalista de Relações Internacionais e seu tratamento para os assuntos relacionados à segurança, buscaremos analisar, a seguir, a importância do estudo das dinâmicas inter-regionais no mundo pós-descolonização para a compreensão desses movimentos de fronteira.

A utilização do nível regional para estudar a segurança nas regiões de fronteira justifica-se por ser o nível nacional muito específico e por demais estado-cêntrico para tratar satisfatoriamente do tema em questão. Por outro lado, o nível da segurança global é apenas ideal, uma vez que pode ser entendido como aspiração, somente.

Para Buzan (2003), a descolonização é um marco de transição das relações internacionais, pois, em conjunto com a queda do muro de Berlim, dá fim a uma ordem bipolar e abre espaço para dinâmicas regionais complexas. As antigas colônias, que antes se encontravam sob controle das grandes potências, agora formam, em suas próprias regiões, relações internacionais independente com vistas a fazer frente aos desequilíbrios internos e pressões externas.

Buzan caracteriza a América do Sul como um complexo de segurança anômalo, uma vez que a região apresentou, em sua história, relativamente poucos conflitos entre Estados. Para Buzan, a segurança na região se deve à relação dos países sul-americanos com uma potência vizinha dominante e também a uma possível divisão do complexo de segurança sul-americano em uma porção norte e outra sul.

Com base nessa divisão, Buzan aponta duas questões de maior importância para a segurança, cada situada em um desses subcomplexos: a guerra contra as drogas na Colômbia e o futuro do Mercosul no Cone-Sul. (BUZAN, 2003:304).

Fato é que a análise de Buzan deve ser interpretada à luz dos novos acontecimentos nas relações internacionais do Brasil, mais especificamente aqueles relativos à política externa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. É verdade que logo após a década de 1990, as grandes questões que se colocavam à segurança regional estavam centradas na Colômbia e no Mercosul.

Entretanto, desde 2003, a Colômbia passa por mudanças significativas em sua política externa e interna, principalmente no que diz respeito a suas relações com os Estado Unidos da América, resultando em uma redução importante do poder das FARC e de outros grupos ligados ao narcotráfico na região.

De maneira semelhante, o contexto que envolve o Mercosul também sofre alterações no período. A política externa desenvolvida durante o Governo Lula confere maior atenção ao bloco que vinha em crise desde a instauração do Plano Real no Brasil. No momento atual, há mais certeza sobre o futuro próspero que aguarda o Mercosul, com maior integração entre os países membros, indo além, inclusive, de questões meramente econômicas, o que pode ser atestado pela criação do Parlamento do Mercosul.

A análise de Buzan deve, assim, ser atualizada, o que não lhe retira o significado no que diz respeito a apontar a importância das relações que se desenvolvem nas regiões de fronteira localizadas ao sul do Brasil e suas repercussões para a segurança regional. Note-se, nesses sentido, o grande valor que há em elencarmos as questões de segurança mais proeminentes no momento atual, dentre as quais destacamos as questões relacionadas às migrações.

Retomando, assim, as possibilidades de ameaças que emergem das migrações internacionais e com base na constatação de intenso fluxo migratório na região da Tríplice Fronteira, faz-se mister a análise de como esses componentes, migrações, fronteiras e segurança, interagem na região, a fim de compreendermos quais dinâmicas apresentam maiores riscos de se tornarem ameaças no sentido dos novos conceitos de segurança introduzidos por Barry Buzan.

3. SEGURANÇA E MIGRAÇÕES NA TRÍPLICE FRONTEIRA ARGENTINA – BRASIL – PARAGUAI

3.1 Tríplice fronteira Argentina – Brasil – Paraguai: um espaço singular

Apesar da Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai ser conhecida como a Tríplice Fronteira, ela é apenas um dos nove encontros desse tipo em todo o território brasileiro. Sua relevância, porém, está em sua singularidade, que pretendemos destacar neste capítulo. Marcos Alan Fagner dos Santos Ferreira (2010), em sua tese de doutoramento apresentada à Universidade Estadual de Campinas, em que tratou da política de segurança dos Estados Unidos para a região após o 11 de setembro, descreve os aspectos que tornam a região um ponto de atração para os teóricos das Relações Internacionais.

Talvez um dos motivos que faça a TF [Tríplice Fronteira] objeto de amplas discussões nos estudos de segurança e crime transnacional sejam justamente o fato dela ser amplamente acessível e com alto grau de permeabilidade, composta por uma ampla diversidade étnica e comercial. (FERREIRA, 2010)

As cidades ali localizadas também apresentam importância singular. O Brasil possui 15.719 quilômetros de fronteiras, por onde se espalham uma série de grupamentos urbanos. Muitos deles, cerca de 80, encontram correspondência nos países vizinhos: são as chamadas cidades gêmeas. A maior parte encontra-se distribuída nas fronteiras do Mato Grosso do Sul com o Paraguai ou do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai. Nenhuma delas, no entanto, chega ao tamanho e a importância de Foz do Iguaçu, no Paraná, que tem como gêmeas Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina.

De fato, a geografia da região tem grande impacto sobre sua história e sobre as relações que ali se desenvolveram. Além do encontro dos três países e das três cidades gêmeas, a fronteira também marca a confluência dos rios Paraná e Iguaçu.

O rio Paraná separa Ciudad del Este de Foz do Iguaçu, que são ligadas pela Ponte da Amizade. Já Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú são separadas pelo Rio Iguaçu e conectadas pela Ponte Tancredo Neves — cujo nome original era Ponte da Fraternidade. Essa infra-estrutura integra três cidades e contribui para a formação de um "sistema internacional urbano" (RIBEIRO, 2006, pág. 253, grifo nosso) que

31

⁹ As tríplices fronteiras do Brasil são: com Paraguai e Argentina; com Uruguai e Argentina; com Bolívia e Paraguai; com Bolívia e Peru; com Colômbia e Peru; com Colômbia e Venezuela; com Guiana e Venezuela; com Guiana e Suriname e; com França (Guiana Francesa) e Suriname.

caracteriza a região e torna a Tríplice Fronteira um caso bastante particular se comparada às outras fronteiras tríplices do Brasil. (AMARAL, 2010:26)

O processo de ocupação da região foi iniciado por Brasil e Argentina após a Guerra do Paraguai. Em 1888 foi instala na região a colônia militar do Iguaçu. Os governos de Brasil e Argentina desejavam estabelecer postos que pudessem atuar na área de confluência dos Rios Paraná e Iguaçu, pois a região era considerada estratégica porque os cursos d'água eram de grande importância para a comunicação e o transporte na área pouco habitada. Da infra-estrutura resultante da instalação dos postos militares brasileiro e argentino desenvolveram-se as cidades de Foz do Iguaçu, fundada oficialmente em 1914, e Puerto Iguazu, fundada oficialmente em 1901. A cidade paraguaia atualmente chamada de Ciudad del Este já se chamou Puerto Flor de Liz e Puerto Presidente Strossner, e foi fundada em 1957.

Até os anos 40, a região ainda era muito pouco povoada, conforme expõe Luciana Grespan Zago (2007:47):

Entre os anos de 1940 e 1941 a Comissão Especial da Faixa de Fronteira fez um levantamento de dados, como estava previsto na lei. Segundo pareceres emitidos por essa comissão o município de Foz do Iguaçu era despovoado, com uma densidade demográfica de 0,38 habitantes por quilômetro quadrado [...].



Fonte: SILVA, Moacir M.F. Geografia das Fronteiras no Brasil. 1942.

Isso só é alterado a partir dos anos 50, quando os governos do Brasil e da Argentina acirram suas disputas bilaterais pela liderança no ambiente geopolítico sulamericano. Nesse cenário, os dois países se preocupam com a eclosão de um eventual conflito militar, o que os faz dar atenção especial à região. Dessa forma, na década de 60 há um grande aumento populacional na Tríplice Fronteira.

Nos anos 70 há um exponencial aumento populacional na região, por conta, principalmente, da construção da barragem e da usina hidrelétrica de Itaipu, o que atraiu mais de 40 mil trabalhadores para a região. Por conseqüência, dos anos 70 aos 80, a população de Foz do Iguaçu, por exemplo, passou de 33.966 para 132.321 habitantes, ou seja, quadruplicou em apenas uma década.

Esse influxo de pessoas para a região não foi apenas de brasileiros, argentinos e paraguaios. Desde os nos 60, Ciudad del Este e, ainda mais, Foz do Iguaçu se tornaram o destino de grande contingente de imigrantes de origem árabe. Via de regra, esses imigrantes deixaram seus países para fugir dos vários conflitos que eclodiram na região depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a Guerra Civil do Líbano (1975-1990) foi um fator importante para o afluxo de pessoas para a Tríplice Fronteira. Como resultado, a região abriga a segunda maior colônia de descendentes de árabes da América do Sul, apenas atrás de São Paulo. Estima-se que a Tríplice Fronteira abrigue 18 mil árabes ou descendentes, sendo aproximadamente 90% libaneses e pequenas porcentagens de sírios, egípcios, palestinos e jordanianos (AMARAL, 2010:29).

A tríplice fronteira pode ser caracterizada por várias particularidades que a convertem em espaço transnacional. São núcleos urbanos ricos em recursos naturais, culturais, hídricos e energéticos, com fácil acesso pela sua localização geográfica, além de destacada atividade comercial que incentiva o intercâmbio entre o Brasil, Paraguai e Argentina. Grande ícone da fronteira é a diversidade cultural através da presença de imigrantes de diversas origens, como paraguaios, argentinos, brasileiros, libaneses, chineses, coreanos, japoneses, indígenas, entre outros, muitas vezes vinculados a movimentos internacionais de indivíduos que se deslocam em busca de oportunidades de trabalho, imigrantes recentes e de processos de integração aos contextos nacionais que assumem características singulares, como exemplo a imigração árabe, que são os principais proprietários das lojas do Paraguai e de vários comércios em Foz do Iguaçu, alcançando uma posição econômica destacada, assim como os imigrantes da China e da Coréia do Sul que também se destacam pela atividade comercial. (BIESEK e PUTRICK)

Observa-se, assim, que desde a década de 1940, vem crescendo exponencialmente a população que habita as regiões contíguas à Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai. Em 2005, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) organizou estudo na região a fim de averiguar a situação das crianças e adolescentes na faixa de fronteira. Foram analisados dados de 62 municípios em torno do Lago de Itaipu, sendo 32 brasileiros (31 no Paraná e 1 no Mato Grosso do Sul), 15 municípios paraguaios e 15 argentinos.

Averiguou-se que aí vivem cerca de 1,9 milhão de pessoas e os movimentos migratórios foram destaque em todo o estudo promovido pela Unicef.

Faz parte da estratégia de sobrevivência de muitas das famílias que vivem na região a procura por serviço ou trabalho do outro lado da fronteira, sempre que elas consideram que ali encontrarão melhores possibilidades de assistência social básica ou emprego. (SPRANDEL, 2008:52-53)

A história da região, enquanto área que vêm recebendo fluxos migratórios intensos há pelo menos meio século, a constitui um território sem rosto, ou melhor, um território cujo rosto é o da própria diversidade e em que populações dos mais diversos rincões do mundo podem espelhar-se. A presença de imigrantes tão diversos transformou a região da Tríplice Fronteira em um pólo atrativo de populações migrantes em fuga ou em busca de oportunidades de negócios.

Mais a frente, analisaremos como esses movimentos migratórios intensos permanecem a alimentar a dinâmica da região da Tríplice Fronteira e, também, como geram questões de segurança, dentro do novo conceito defendido pela Escola Regionalista, o qual já foi delineado no primeiro capítulo deste trabalho.

3.2 Fluxos migratórios recentes na Tríplice Fronteira Argentina — Brasil — Paraguai

O processo de globalização, previamente definido e conceituado neste trabalho, resulta no alargamento das atividades econômicas, políticas e sociais ao redor do globo, atravessando e desconsiderando fronteiras. No mundo globalizado, essas atividades não mais se organizam com base em territórios nacionais definidos, o que leva, freqüentemente, a uma flexibilização do que se conhece como local, regional e nacional. Dialeticamente, esse processo por vezes pressiona em direção à reterritorialização das atividades, principalmente como meio de fazer frente a outros processos globais. Podese afirmar, portanto, que a globalização envolve um complexo de desterritorialização e reterritorialização, podendo ser descrita, inclusive como aterritorial. (HELD, 1999, 27-28)

Os conceitos de desterritorialização, reterritorialização e aterritorialização, conforme apresentado acima, explicam com competência os processos de perda de identidade que sofrem certos espaços ao serem afetados pela globalização. No caso da

Tríplice Fronteira, o que parece se observar é uma base territorial de múltiplas identidades, configurando o quer se poderia chamar de uma multiterritorialidade.

Maria Sprandel (2006), historiadora e antropóloga, prefere tratar a região da Tríplice Fronteira como "lugar difícil", nos termos definidos por Bourdieu:

Para Bourdieu (1997), os lugares *difíceis*, como a fronteira Paraguai/Brasil, são antes de tudo difíceis de descrever e difíceis de pensar. Diante de imagens simplistas e unilaterais sobre estes lugares, sugere sua substituição "por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis" (ibidem, p.11). Procurei, neste artigo, identificar alguns dos pesquisadores que estão envolvidos na difícil tarefa de escutar (e traduzir) a pluralidade de perspectivas em jogo. Cada um, com seus pequenos mapas, ajuda a compor uma cartografia que busca corresponder à pluralidade de pontos de vista coexistentes na região e que são, muitas vezes, diretamente concorrentes.

Nesse sentido, a região funciona como atrativo ainda maior a novas migrações. Imigrantes árabes costumam ali buscar as comunidades estabelecidas desde a década de 1970. Comunidades de chineses e coreanos, por outro lado, tendem a buscar o comércio sempre crescente. Além disso, as três cidades gêmeas da tríplice fronteira são conhecidas pela recepção de estrangeiros, o que só aumenta sua atratividade. O padre Alfredo Gonçalves descreve esse mosaico de migrações:

De início, se tirarmos uma foto da grande área que inclui Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, respectivamente Brasil, Paraguai e Argentina, nos surpreenderemos com sua enorme diversidade. De fato, verifica-se ali uma mescla de rostos, línguas, moedas, mercadorias, costumes, bandeiras e raças que transitam de um lado para o outro. Trata-se de uma realidade extremamente dinâmica e marcada por deslocamentos humanos intensos, complexos e diversificados. Calcula-se que na grande região da Tríplice Fronteira, circulem cerca de 70 etnias. (GONÇALVES, 2008:64)

Note-se que grande parte da migração que tem como destino os países da Tríplice Fronteira é de caráter irregular. A migração irregular mundial apresentou grande crescimento desde 1995, com auge em 2005, quando a ONU constatou que de 30 a 40 milhões de pessoas teriam migrado irregularmente (ONU, 2005). Diante do crescimento dos fluxos migratórios irregulares, estes têm sido considerados pelos países de destino como questões de segurança nacional e internacional. As ameaças terroristas contribuíram para essa percepção negativa das migrações em todo o mundo.

Em 2005, o número total de nacionais brasileiros no exterior foi estimado, pelo Ministério das Relações Exteriores, em 2,6 milhões. Em situação migratória irregular, há cerca de 1,335 milhão de brasileiros no exterior, constatou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. A chamada CPMI da Emigração foi instaurada,

também em 2005, com o fim de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior¹⁰.

O Paraguai é o segundo país de destino de brasileiros no exterior, logo atrás dos Estados Unidos e passando o Japão em recepção de brasileiros emigrados. Os dados acerca da quantidade de colonos brasileiros radicados em regiões de fronteira variam de 16 mil a 500 mil, o que demonstra a imprecisão das informações acerca dos brasileiros no país vizinho. Conhecidos como *brasiguaios*, sua situação na região da Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai é complexa.

A origem dessa grande comunidade de brasileiros que hoje vivem no Paraguai é a constituição da fronteira agrícola, na década de 1970. A construção de Itaipu e a inundação de amplas áreas expulsaram agricultores que acabaram por dirigir-se ao país vizinho, onde encontraram terras mais baratas. Some-se a isso o fato de o governo paraguaio ter abolido, em 1967, lei que impedia estrangeiros de comprarem terras na faixa de fronteira.

A construção de hidroelétricas, parte dessa estratégia geopolítica, acabou tendo papel importante na transferência de milhares desses brasileiros para o Paraguai. Quando parte deles começou a retornar, nos anos 1980, o que estava em questão era a necessidade de terras. Mas para resolver o problema foram acionadas, além dos órgãos fundiários, as forças de segurança. Mesmo a redemocratização do país, iniciada em 1985, não significou o abandono de velhos padrões. A novidade foi a valorização da diplomacia para a resolução dos conflitos. (SPRANDEL, 2006)

A mecanização da produção de soja foi outro fator importante para a migração de brasileiros para o Paraguai. As grandes empresas passaram a dominar vastas áreas agricultáveis em território paranaense, pressionando os pequenos agricultores a migrarem para o país vizinho. (LESSA, 2008:70)

A CPMI da Emigração constatou, em seu relatório final, que a ausência de documentação pessoal adequada, que comprove sua situação migratória, dificulta sobremodo a vida dos brasileiros no Paraguai. Sobre a situação dos brasileiros no país vizinho, escreveu o diplomata George Firmeza:

Trata-se de região marcada por diversas modalidades de atividades ilícitas, sendo ainda acusada, sem provas, de acobertar ou financiar terroristas internacionais. Organismos internacionais têm investido em projetos de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e ao tráfico de seres humanos. O perfil de trabalhadores migrantes de menor qualificação começou a alterar-se na década de 1970. A partir de então, surgiram migrantes brasileiros acostumados com a

_

¹⁰ Relatório final da CPMI pode ser lido em

http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Relatorio CPI Emigração Ilegal.pdf>

agricultura mecanizada, vindos sobretudo de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Como fatores de atração para esses migrantes, havia a alta qualidade e o baixo preço das terras, bem como incentivos fiscais para a agricultura oferecidos pelo Governo do General Alfredo Strossner. (FIRMEZA, 2007:197)

O número de brasileiros na Argentina, em 2001 era de 34 mil. Em 2005, estimou-se em cerca de 38 mil, dos quais, pouco mais de 32 mil em Buenos Aires. Segundo relatório consular, promovido pelo Departamento de Comunidades Brasileiras no Exterior, de 2005, os migrantes brasileiros fixaram-se predominantemente na região de Missiones, sobretudo trabalhadores e pequenos proprietários agrícolas, e na área da Grande Buenos Aires, muitos deles funcionários de empresas brasileiras e internacionais.

Há, ainda, um grande número de migrantes temporários e de pessoas que vivem em trânsito entre as três fronteiras, o que dificulta consideravelmente a possibilidade de análise do verdadeiro quadro da migração nessa área, conforme explica Marcia Anita Sprandel (2008:53), Assessora Técnica do Senado Federal:

Há muito registro de brasileiros que procuram em Misiones remédios ambulatoriais gratuitos oferecidos pelo Plan Remediar do governo argentino. Inversamente, verifica-se a procura por paraguaios e argentinos de testagem e tratamento gratuito para AIDS no Brasil.

São inúmeras as situações identificadas de brasileiros que vivem na Argentina e no Paraguai e que matriculam seus filhos em escolas brasileiras, ou que procuram no Brasil serviços gratuitos de saúde.

Além da grande quantidade de migrantes originados dos países que compõem a Tríplice Fronteira, é importante analisarmos o crescimento no fluxo de migrantes provindos do Oriente Médio, da África e da Ásia. Para Rosita Milesi e Roberto Marinucci (2008:31), as novas tecnologias, que permitem a manutenção das relações com as famílias nos países de origem, são importantes para modificar a experiência da migração, fenômeno que denominam Transnacionalismo. "Em outros termos, a mobilidade geográfica está se tornando elemento constitutivo do ser humano contemporâneo, que tende a transcender as fronteiras geográficas e culturais na construção da própria identidade" (MILESI e MARINUCCI, 2008:30)

3.3 Desafios de segurança e sua relação com as migrações na tríplice fronteira

A principal e mais marcante ameaça à segurança resultante das migrações na tríplice fronteira diz respeito aos trabalhadores migrantes em situação irregular. As cada vez mais rígidas políticas migratórias, que só se agravaram após o 11 de setembro, levam a um crescimento dos migrantes irregulares em todo o mundo. Conforme exposto anteriormente, não há regulamentação apropriada por parte da comunidade internacional que dê conta das necessidades dos migrantes e de seus direitos.

A situação sensível em que se encontram os povos migrantes resulta no que Ulrich Engel, citado por Milesi e Marinucci (2008, 33), denominou de "invisibilidade" do migrante. Para que possa permanecer no país de entrada, o irregulares evitam qualquer contato com as autoridades locais, o que os coloca em posição de vulnerabilidade em relação a seus direitos fundamentais.

Dessa maneira, a segurança individual do migrante não é garantida, nem pelo Estado de origem e muito menos pelo Estado de destino. Há aqui, um desafio de segurança que ainda carece de tratamento pela comunidade internacional.

Some-se às migrações irregulares os casos de trabalho escravo e de tráfico de seres humanos. O tráfico de pessoas, para fins de trabalho escravo ou para a exploração sexual é uma grande ameaça à segurança individual na região da Tríplice Fronteira.

Conforme o conjunto de oportunidades econômicas aumenta, pressões cada vez maiores sobre a migração irregular crescem, migrantes latino-americanos são, freqüentemente, postos em risco por violações de direitos humanos, inclusive o tráfico de pessoas e ameaças à saúde. Movimentos sociais têm advogado em todo o continente em prol de uma pressão crescente sobre os países para a ratificação da Convenção Internacional para Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e membros de suas famílias, o que é visto como um instrumento potente na prevenção do tráfico humano. (ONU, 2010)¹¹

Segundo o relatório do Fundo de população da Organização das Nações Unidas, o tráfico de mulheres na América Latina afeta principalmente as procedentes do Brasil, da Colômbia, da República Dominicana, da Guatemala e do México. "A

-

¹¹ As the pull of economic opportunity grows, mounting pressures on irregular migration increase, Latin American migrants are often at high risk for both human rights violations, including trafficking in persons, and health dangers. There has been advocacy work from social movements throughout the continent to increase pressure on countries for the ratification of the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and members of their families, which is seen as a powerful instrument for preventing human trafficking.

estimativa é que em países da América do Sul e mesmo em lugares mais distantes como Espanha e Japão, há em torno de 70.000 brasileiras que trabalham na prostituição e são, na maioria, vítimas de tráfico.(UNICEF, 2005:47)

Outra ameaça à segurança individual, que pode escalonar a ameaças ainda maiores, é derivado da grande presença de brasileiros no Paraguai, conforme expusemos no subitem anterior. O preconceito e a xenofobia são desafios que se agravam na região, alimentados pelo alto índice de empobrecimento da população paraguaia e pelas taxas de desemprego crescentes no país.

Essas ameaças estão relacionadas, intrinsecamente, à segurança econômica e política da região. Em *Regions and Powers*, Buzan examina os possíveis desafios que podem se apresentar ao complexo de segurança da América do Sul, e elenca as crises do Mercosul como uma das principais ameaças identificáveis na sub-região do Cone-Sul.

Segundo Buzan, o lançamento do Mercosul foi motivado por dois argumentos de segurança. O primeiro foi o medo da marginalização em uma economia cada vez mais globalizada e regionalizada. O segundo foi a defesa da democracia. Brasil e Argentina pretendiam reforçar suas democracias recentes e vulneráveis. O Mercosul serviria para estabilizar os governos democráticos na região, tanto pela prosperidade econômica quanto pelo enfraquecimento dos militares, resultado da mitigação da confrontação existente entre Brasil e Argentina. Nesse sentido, o enfraquecimento do Mercosul poderia resultar em novos desafios para a segurança regional.

Questão polêmica que hoje é contornada pela presença das partes em disputa no Mercosul, é a da segurança energética. Brasil, Paraguai e Argentina disputam os potenciais energéticos da região e seus conflitos são hoje fonte de tensões para o bloco. O acordo firmado entre Brasil e Paraguai para a construção de Itaipu foi, à época de sua assinatura, causa de atritos com o terceiro vizinho, a Argentina, que se viu lesada pela construção das barragens de Itaipu. A usina reduziu o potencial energético dos rios da região em território argentino, frustrando as expectativas dos Argentinos para a produção energética da Usina de Corpus.

Atualmente, o conflito é mais presente entre os sócios da Itaipu. Brasil e Paraguai encontram-se em meio a uma disputa pela energia produzida pela usina binacional. De um lado, o Paraguai demanda aumento das tarifas pagas pelos brasileiros pelo excedente energético do vizinho. De outro, o Brasil sente que sua parcela na construção da usina foi maior, o que lhe garantiria preços mais módicos na compra do excedente energético paraguaio.

O segundo desafio elencado por Buzan para o Complexo de Segurança Sul-Americano é o tráfico de entorpecentes. O crime organizado tem grande repercussão para a segurança regional, seja no nível individual ou nacional, principalmente no que tange países como a Bolívia, a Colômbia e a Venezuela.

Outra rota significativa do tráfico de drogas e armas na América do Sul é a Tríplice Fronteira. Outros crimes estão associados a estes, mais graves, como a pirataria, o contrabando e o descaminho. A região funciona, ainda, como escoadouro para bens roubados em território vizinho, dificultando a ação das polícias nacionais.

O crime organizado apresenta-se, portanto, como importante ameaça à segurança, tanto dos indivíduos que habitam a região, quanto da própria organização estatal. Suscitam, ainda, conflitos entre os Estados vizinhos pela responsabilização mútua pela insegurança da região.

Não podemos deixar de tratar das questões relacionadas ao terrorismo. De maneira semelhante aos brasileiros no Paraguai, as populações árabes são objeto de preconceito e xenofobia, principalmente pela sua associação a práticas terroristas.

O fato de uma parcela dos imigrantes que residem na região ser do Vale do Bekaa (zona do extremo sul libanês, na fronteira com Israel, tida como o núcleo de atuação do Hizballah) e enviar periodicamente variadas somas de dinheiro para o Líbano, levou diversas autoridades norte-americanas a levantarem a hipótese de que a Tríplice Fronteira estivesse servindo como fonte de financiamento para o Terrorismo Internacional e/ou refúgio onde agentes de diversos grupos considerados terroristas pelos Estados Unidos – entre eles Hizballah, Jihad Islâmica, Gama'a AL-Islamiyya, Hamas e Al-Qaida – permaneciam imunes ao escrutínio de autoridades de segurança. (AMARAL, 2010:30-31)

Esta ameaça, ligada inicialmente à segurança individual e comunitária dos povos árabes radicados na Tríplice Fronteira, teve repercussões também para a segurança nacional do Brasil e regional da América do Sul. Diante das suspeitas norteamericanas da presença de células terroristas na região, o Brasil foi alvo de investigações por parte do serviço secreto americano.

Finalmente, trataremos da questão dos apátridas e das famílias formadas por indivíduos de diversas origens. Essa questão de segurança individual gera problemas na prestação de serviços e na aplicação de políticas públicas na região. Acirram, ainda, os sentimentos xenófobos e causam conflitos entre as autoridades das cidades de fronteira.

Nessa região, destes três países, existem fluxos importantes de migrações internas a cada um deles. Na Argentina e no Paraguai, esses fluxos se traduzem em altas taxas de crescimento populacional e no Brasil em diminuição. O Paraguai e a Argentina tem presença significativa de crianças e adolescentes que migram com as suas

famílias de países limítrofes. Há brasileiros e argentinos no Paraguai e paraguaios e brasileiros na Argentina. [...]

Quando se observa como funciona essa migração na região, percebe-se que faz parte da estratégia das famílias a utilização de várias línguas, o uso de três moedas, o entrecruzamento de traços culturais, a possibilidade de crianças e adolescentes assistirem à escola em um país e buscarem serviço de saúde em outro e até a dupla ou tripla documentação. (SPRANDEL, 2008:54)

Com problemas que perpassam tão largamente os territórios de Paraguai, Brasil e Argentina, muitas vezes ignorando a própria existência das fronteiras e limites, faz-se mister a abordagem das questões de segurança de um ponto de vista regional. Apenas uma análise a partir desse nível é capaz de expor a interdependência dos Estados do Cone-Sul, especialmente daqueles que se vêem unidos de maneira indissociável pela Tríplice Fronteira.

CONCLUSÃO

Desde o final da Guerra Fria, as Relações Internacionais vêm tendo sua estrutura, seus princípios, suas hipóteses e seus métodos revisados. O fim da ordem bipolar desvenda uma nova ordem de polaridades indefinidas. Enquanto as teorias tradicionais limitam-se a discutir as novas polaridades, uma nova onda de teóricos entende este momento como ideal para a discussão da própria ciência, contestando seus princípios mais enraizados.

A nova ordem é constituída por múltiplos atores e novos temas, tornando-se, assim, uma ordem global. Essa revisão epistemológica e metodológica das Relações Internacionais também tem impactos sobre as teorias de segurança. Até a Guerra Fria, os debates sobre segurança giravam em torno das questões de guerra e paz, ou seja, dos conflitos entre Estados. Na esteira, porém, da inclusão de novos atores na cena internacional, esse referencial teórico do conceito de segurança, até então o Estado, é contestado. As novas teorias sugerem, assim, a inclusão do indivíduo como a unidade básica irredutível sobre a qual o conceito de segurança pode ser aplicado.

Três teorias no pós-Guerra Fria disputam a conceituação da segurança. Os Neo-Realistas são tributários do pensamento mais tradicional nas Relações Internacionais. Sua visão é estado-cêntrica e baseada nas idéias de polaridade das Relações Internacionais. Nesse momento, a principal preocupação dos Neo-Realistas é a definição da estrutura de poder que se instala após a queda do Muro de Berlim.

A teoria Neo-Realista é contestada por uma nova escola em Relações Internacionais, denominada Globalismo. Os globalistas fundam-se, especialmente, em abordagens culturais, transnacionais, e de política econômica internacional.

A abordagem Regionalista surge a seguir com o intuito de questionar o nível de análise das questões de segurança. Um dos principais teóricos desse novo conceito de segurança é Barry Buzan, professor de Relações Internacionais da London School of Economics, que propõe uma análise a partir do indivíduo e em nível regional.

Buzan acredita ter o Estado um papel dúbio na relação com os indivíduos. Diferentemente dos Realistas que o antecederam, Buzan não crê em um Estado apenas protetor, em que o indivíduo veja suas aspirações de poder realizadas. Para Barry Buzan, o Estado é ao mesmo tempo esse protetor, mas também o opressor dos indivíduos, uma vez que é o detentor dos instrumentos de força.

A abordagem Regionalista mostra-se, assim, mais capaz de explicar as dinâmicas que se desenrolam na região da Tríplice Fronteira, uma vez que compreende a importância da segurança individual e admite o papel ambíguo do Estado, ora protetor, ora opressor, além de propor uma análise em nível regional, que parece ser a mais adequada para o entendimento da Tríplice Fronteira.

Com a mudança de paradigma descrita acima, as questões de guerra e paz, agora que o Estado não mais é o referencial determinante desses estudos, perdem espaço para novas questões, estas focadas nas ameaças ao indivíduo, como a pobreza, as epidemias e pandemias, os desastres ecológicos e as calamidades naturais. A segurança passa a assumir concepções diferentes de acordo com os diversos referenciais agora disponíveis na sociedade e na Teoria de Relações Internacionais.

Assim como a sociedade global afeta os paradigmas das Relações Internacionais, também os fluxos migratórios são alterados no período pós-Guerra Fria. Os últimos anos do século XX mostram os sinais da globalização nos fluxos migratórios. Há aumento expressivo na quantidade de migrantes e a diversificação dos destinos é marcante. O processo de aproximação regional promovido pela globalização leva a um incremento nos fluxos internos aos continentes e que envolvem apenas países periféricos. As regiões de fronteira passam a ser, portanto, alvo destes novos fluxos migratórios, sejam eles permanentes ou provisórios.

Diante de um incremento nos fluxos migratórios mundiais e de seu impacto sobre as dinâmicas regionais, questionamos quais valores, protegidos como componentes de segurança, podem ser ameaçados pelas migrações internacionais e por suas conseqüências. Nesse sentido, analisamos, na sub-região definida como Cone-Sul, quais os impactos dos intensos fluxos migratórios que se desenvolvem na Tríplice Fronteira para que ali sejam observadas ameaças de segurança nos termos definidos por Buzan desde a década de 1980.

O que se observou é que a Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai constitui-se espaço singular, por sua geografia e história, atraindo migrantes de toda parte do globo, não apenas dos três países que ali se encontram.

A Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai é apenas uma das nove tríplices fronteiras existentes no território brasileiro e as cidades Puerto Iguazu – Foz do Iguaçu – Ciudad del Leste são apenas um exemplo dentre as tantas cidades gêmeas nos mais de 15 mil quilômetros de fronteiras nacionais. Ainda assim, esse encontro é muito

singular, principalmente por tratar-se do mais urbanizado de todos, onde se encontra o maior fluxo de comércio e, certamente, a maior diversidade étnica e cultural.

Em análise da construção histórica da Tríplice Fronteira, percebemos que a região, considerada estratégica pela confluência dos rios Iguaçu e Paraná, começou a ser ocupada em 1888, com a instalação conjunta de Brasil e Argentina de uma colônia militar. A intenção dos governos era o controle da área, considerada estratégica pela comunicação e transporte que os grandes rios possibilitavam. Da infra-estrutura resultante da instalação dos postos militares brasileiro e argentino desenvolveram-se as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, fundadas no início do século XX. A cidade paraguaia atualmente chamada de Ciudad del Este foi fundada apenas na segunda metade dos anos 1900.

O acirramento das disputas entre Brasil e Argentina pela liderança da América do Sul levou atenção, na década de 1950, para a região, promovendo o primeiro aumento populacional na área da Tríplice Fronteira. A construção da Hidrelétrica de Itaipu, entre o Paraguai e o Brasil, atraiu mais de 40 mil trabalhadores para a região, mudando drasticamente o quadro populacional, uma vez que esse influxo de pessoas para a região não foi apenas de brasileiros, argentinos e paraguaios. Imigrantes de origem árabe também se dirigiram para a região da Tríplice Fronteira, fugidos dos conflitos que tomaram conta do Oriente Médio nas décadas de 1970 e 1980.

Como resultado, estima-se, hoje, que a Tríplice Fronteira abrigue 18 mil árabes ou descendentes. Recentemente, novo fluxo de migrantes tem-se dirigido para a região. São chineses e coreanos que buscam oportunidades comerciais em áreas já conhecidas por serem economicamente dinâmicas.

Conclui-se, assim, que essa história tornou a região um abrigo para migrantes de todo o mundo há pelo menos meio século, o que acabou por constituí-la um território marcado pela diversidade e em que populações dos mais diversos rincões do mundo podem espelhar-se. A presença de imigrantes tão diversos transformou a região da Tríplice Fronteira em um pólo atrativo de populações migrantes em fuga ou em busca de oportunidades de negócios.

O que se constata é que esses movimentos migratórios intensos permanecem alimentando o dinamismo da região da Tríplice Fronteira, mas também são combustível para o surgimento de questões de segurança. Note-se que grande parte da migração que tem como destino os países da Tríplice Fronteira é de caráter irregular. Diante do crescimento dos fluxos migratórios irregulares, estes têm sido considerados pelos países

de destino como questões de segurança nacional e internacional e os ataques terroristas apenas contribuíram para essa percepção negativa das migrações em todo o mundo.

A principal e mais marcante ameaça à segurança resultante das migrações na tríplice fronteira diz respeito a esses trabalhadores migrantes em situação irregular. Nossa pesquisa demonstrou que as cada vez mais rígidas políticas migratórias, que só se agravaram após o 11 de setembro, levaram a um crescimento dos migrantes irregulares em todo o mundo. Há cerca de 1,335 milhão de brasileiros no exterior em situação migratória irregular, conforme constatou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, a chamada CPMI da Emigração, instaurada em 2005. O Paraguai é o segundo país de destino de brasileiros no exterior, logo atrás dos Estados Unidos e passando o Japão em recepção de brasileiros emigrados.

O número de brasileiros na Argentina, em 2001 era de 34 mil. Em 2005, estimou-se em cerca de 38 mil, dos quais, pouco mais de 32 mil em Buenos Aires. Há, ainda, um grande número de migrantes temporários e de pessoas que vivem em trânsito entre as três fronteiras, o que dificulta consideravelmente a possibilidade de análise do verdadeiro quadro da migração nessa área. Além da grande quantidade de migrantes originados dos países que compõem o tríplice encontro, é importante analisarmos o crescimento no fluxo de migrantes provindos do Oriente Médio, da África e da Ásia.

Nossa maior conclusão, a partir do presente estudo, reside na constatação de que o desafio de segurança mais abrangente, nesse contexto, é a ameaça ao próprio migrante. Sua segurança individual não é garantida, seja pelo Estado de origem, seja pelo Estado de destino ou pela própria comunidade internacional. Destituídos de seus direitos básicos, os migrantes irregulares são alvo de esquemas que envolvem trabalho escravo e tráfico de seres humanos. O tráfico de pessoas, tanto para fins de trabalho compulsório quanto para a exploração sexual, é grande ameaça à segurança na região da Tríplice Fronteira.

Essas ameaças estão relacionadas, intrinsecamente, à segurança econômica e política da região. Conclui-se, a partir da análise do quadro que se desenha na Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguai, e pela contribuição de Barry Buzan ao tema, que há dois principais desafios que se apresentam ao complexo de segurança da América do Sul: a estabilidade do próprio Mercosul e o tráfico de drogas.

As duas questões estão relacionadas à segurança política e econômica do subcontinente. O Mercosul serviria para estabilizar os governos democráticos na região, tanto pela prosperidade econômica quanto pelo enfraquecimento dos militares, resultado

da mitigação da confrontação existente entre Brasil e Argentina. Nesse sentido, o enfraquecimento do Mercosul poderia resultar em novos desafios para a segurança regional.

O segundo desafio elencado por Buzan para o Complexo de Segurança Sul-Americano é o tráfico de entorpecentes, cuja rota tem passagem pela Tríplice Fronteira em associação a outros crimes, como a pirataria, o contrabando e o descaminho. O crime organizado apresenta-se, portanto, como importante ameaça à segurança, tanto dos indivíduos que habitam a região, quanto da própria organização estatal, e a situação singular da Tríplice Fronteira, em que transita número significativo de pessoas entre as fronteiras diariamente favorece o desenvolvimento dessas ameaças.

Ainda que, conforme explicitamos no capítulo 2 deste trabalho, muitas das questões expostas por Buzan já se encontram em outro patamar de importância nas relações de segurança do Cone-Sul, é importante ressaltar como exemplificam a relação entre problemas políticos e econômicos internos aos Estados e sua repercussão às relações de segurança internacionais que aí se desenvolvem. Nesse sentido, concluímos que políticas públicas, assim como uma integração social mais profunda e igualitária entre países vizinhos, refletiriam positivamente sobre as questões de segurança no Cone-Sul.

Tal demanda é antiga por parte dos países com menor poder econômico relativo no Mercosul, como Paraguai e Uruguai. Estes países vêm, há muito, requisitando maior suporte econômico por parte da Argentina e, principalmente, do Brasil. Identificamos o adensamento da integração no bloco, no que vêm sendo chamado de Mercosul Social, como fator que tem aplacado essas urgências, contribuindo para um sentimento de maior segurança, ainda que as migrações em busca de situação política e econômica mais favoráveis permaneçam questão sensível, conforme se depreende deste estudo.

No mesmo sentido, duas outras questões, a ameaça à segurança individual dos migrantes que sofrem com o preconceito, como os brasileiros no Paraguai, e a xenofobia, como os árabes acusados de participação para a prática do terrorismo, são também resultado da dinâmica que se desenrola como fruto das migrações na região da Tríplice Fronteira. Por fim, destacamos como ameaça de segurança a situação dos apátridas e das famílias formadas por indivíduos de diversas origens, a qual oferece desafios à segurança individual, ao gerar problemas na prestação de serviços e na

aplicação de políticas públicas na região e ao acirram, ainda mais, os sentimentos xenófobos presentes na fronteira.

Percebemos, assim, que as migrações desenvolvem importante papel, não só na formação da Tríplice Fronteira enquanto espaço singular, de atração de ainda maiores fluxos migratórios, mas também no agravamento e geração de ameaças à segurança, principalmente no que diz respeito a seu conceito mais amplo. Diante deste estudo, nossa conclusão é de que há que se tratar, nos diversos níveis, nacional, regional e global, mas principalmente no nível regional por sua pertinência, a questão das migrações. É importante ressaltar, ainda, que o tratamento deve ter como foco uma concepção de segurança ampla, buscando dar resposta às ameaças existentes ao próprio migrante, e procurando fortalecer o Mercosul em busca da estabilidade tão necessária para a segurança da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.
- BAYLIS, J. International and Global Security. In: **The Globalization of World Politics:** an introduction to International Relations. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
- BIESEK, A. e PUTRICK, S. Imigração na tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina e a representatividade da colônia árabe. Disponível em: http://www.iabpr.org.br/3conferencia/pps/trab_cient/14.pdf>
- BUZAN, B e WÆVER, O. **Regions and Powers:** The Structure of International Security. Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge, 2003.
- BUZAN, B. **As implicações do 11 de Setembro para o estudo das relações internacionais**. Revista Contexto Internacional. Vol. 24, nº. 2. Rio de Janeiro, jul/dez 2002. Trad. Marisa Gandelman. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000200001&lang=pt
- BUZAN, B. **People, States & Fear**. Warwick: Department of International Studies of the University of Warwick, 1983.
- CARR, E. **Vinte anos de Crise:** 1919-1939. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 2 ed. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado.
- DOS SANTOS, Julio César Borges. **A evolução da idéia de governança global e sua consolidação no século XX.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais IREL UnB). Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2447/1/DISSERTACAO-Julio%20Cesar%20Borges%20dos%20Santos.pdf Acesso em 23/03/2011
- FERREIRA, M. Brasil e a Guerra Global ao Terrorismo: percepções e erros de percepções sobre a área da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). Canadá: LASA, 2010.
- FIRMEZA, G. **Brasileiros no Exterior.** Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- FRIEDMAN, J. Globalization, the State and Violence. Oxford: AltaMira Press, 2003.

- GCIM GOBAL COMISSION ON INTERNATIONAL MIGRATION. **Report of the Global Comission**. Outubro de 2005. Disponível em:

 http://www.gcim.org/mm/File/Port.pdfpag1 Acesso em 02/04/2011
- HUNTINGTON. S. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KICINGER, A. International migration as a non-traditional security threat and the EU responses to this phenomenon. Warsaw: Central European Forum for Migration, 2004. Disponível em http://www.cefmr.pan.pl/docs/cefmr_wp_2004-02.pdf Acesso em 20/03/2011
- LAHAV, G. **Migration and Security:** the role of non-state actors and civil liberties in liberal democracies. Nova Iorque: State University of New York, 2003.

 Disponível em:

 http://www.pfcmc.com/esa/population/meetings/secoord2003/ITT COOR2 CH

 16 Lahav.pdf> Acesso em 20/03/2011
- MACHADO, L. Estado, Territorialidade, Redes: Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: **Continente em chamas:** globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MAIA, O. **Brasileiros no Mundo:** O ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior. 2009. Disponível em: http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/file/Oto_Maia.pdf> Acesso em 20/03/2011
- MEARSHEIMER, J. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. In: **International Security**. Summer: Harvard College Press, 1990. Vol. 15, n°. 1. Disponível em http://www.jstor.org/pss/2538981 Acesso em 13/03/2011
- MILESI, R. E MARINUCCI, R. Migrações Contemporâneas: Panoramas, Desafios e Prioridades. In: **Mercosul e as Migrações.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.
- MORGENTHAU, H. A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Universidade de Brasília e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- OEA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Declaração sobre Segurança nas Américas. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OEA-Organiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Estados-Americanos/declaracao-sobre-seguranca-nas-americas.html Acesso em: 20/03/2011

- OLIVEIRA, M. **A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia.** São Paulo: Estudos Avançados, may/aug 2006. Vol. 20, nº 57.

 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S0103-40142006000200014> Acesso em 01/03/2011
- ONU ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Fluxo migratório é marca do século XXI, diz ACNUR.** Outubro de 2007. Disponível em: < http://www.onubrasil.org.br/view_news.php?id=6039> Acesso em: 30/03/2011
- ONU ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **International Migration Report 2006:** A Global Assessment. United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division, 2006. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/part_one.pdf > Acesso em: 01/04/2011
- ONU ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do Grupo Assessor de Avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.**Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2010. Disponível em: <
 CONFERÊNCIA, PÁGINA 3

 (http://www.ungift.org/doc/knowledgehub/resource-centre/GIFT Regional Conference Brazil 2007.pdf)> Acesso em 01/04/2011
- SARFATI, G. A questão da guerra e da segurança internacional nas Relações Internacionais. **Teoria de Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
- SPRANDEL, M. **Brasileiros na fronteira com o Paraguai.** São Paulo: Estudos Avançados, may/aug 2006. Vol. 20, n°.57.
- STUBBS, R. Review of "The Many Faces of Asian Security". Sheldon W. Simon, 2002.
- ULLMAN, R. Redefining Security. In: **International Security**. Summer: Harvard College Press, 1990. Vol. 8, n°. 1. Disponível em http://www.jstor.org/pss/2538489 Acesso em 13/03/2011.
- UNICEF UNITED NATIONS POPULATIONS FUND (org.) **International Migration and the Millennium Development Goals.** Selected papers of the UNFPA Expert Group Meeting. New York: UNFPA, 2005; INTERNATIONAL OF MIGRATION. The Millennium Development Goals and Migration. New York: IOM, 2005 (Migration Research Series, n°20).

ZAGO, L. Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon. Dissertação (Pós-graduação em História – Universidade de Passo Fundo). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artig os teses/2010/Historia/dissertacoes/8zago dissertacao.pdf > Acesso em 01/03/2011